

## A TRILOGIA FREUDIANA DOS TEMPOS DE GUERRA E MORTE COMO CHAVE DE COMPREENSÃO DOS ASPECTOS PSICOSSOCIAIS DA PANDEMIA

THE FREUDIAN TRILOGY FROM THE WAR AND DEATH TIMES AS A KEY TO UNDERSTANDING THE PSYCHOSOCIAL ASPECTS OF THE PANDEMIC

Eduardo Pinto e Silva<sup>1</sup>

**RESUMO:** No presente artigo apresentamos uma trilogia do pensamento freudiano sobre os tempos de guerra e morte no intuito de analisar aspectos psicossociais da pandemia de Covid-19. Argumentamos ser esta crise humano-sanitária expressão de uma crise social e econômica que lhe precede e que se revela em crise de formas de subjetividades. Há tanto tendências existentes antes da crise humano-sanitária como novos elementos que a elas se aglutinam. Os aspectos psicossociais, de complexidade notável, não podem ser simplificados caso se pretenda uma abordagem e compressão aprofundadas. Isso implica recusar a patologização dos sentimentos e afetos, mas também elucidar os impactos sobre a saúde mental. Esse tem sido o esforço desenvolvido em atividades nas quais nos inserimos desde março de 2020, a saber: na atividade de extensão InformaSUS da UFSCar e no grupo interdisciplinar “Complexidade, Inteligência Coletiva e Coronavírus”. Conclui-se que os aspectos psicossociais são produto de um entrelaçar recíproco de formas de subjetividade e de sociabilidade que produzem vulnerabilidades e resistências, assim como precariedades subjetivas e objetivas. Verificam-se gradações em termos do impacto na saúde mental, cuja complexidade seria negada pela mera relação causal e mecânica entre as crises e o que se denomina distúrbios mentais e comportamentais.

**Palavras-chave:** Pandemia de COVID-19; Aspectos Psicossociais; Crise Social; Freud.

**ABSTRACT:** In this article we present a trilogy of Freudian thought about the war and death times aiming to analyze psychosocial aspects of the Covid-19 pandemic. We argue that this human-health crisis is an expression of the social and economic crisis that precede it and that it is revealed in a crisis of forms of subjectivity. There are not only pre-existent tendencies before the human-health crisis, but new elements that agglutinate on her. The psychosocial aspects, with a notable complexity, can't be simplified if what is pretended is an in-depth approach and comprehension. This implies refuse the pathologization of the feelings and affection, but also clarify the impacts on mental health. That has been the effort developed in activities in which we introduce ourselves in March 2020, namely: the extension activity *InformaSUS* from UFSCar and the interdisciplinary group *Complexidade, Inteligência Coletiva e Coronavirus*. It is concluded that the psychosocial aspects are products from a mutual interlace between the subjectivity and sociability form producing vulnerabilities and endurance, along with subjective and objective precariousness. It is verified gradations in terms of mental health impact, whose complexity will be denied because of the mere causal and mechanic relation between the crisis and what is denominated mental and behavior disturbance.

**Keywords:** COVID-19 Pandemic; Psychosocial Aspects; Social Crisis; Freud.

1 Professor associado do Departamento de Educação da Universidade Federal de São Carlos – UFSCar. Professor credenciado no Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGE/UFSCar. Integrante da Linha de Pesquisa Estado, Política e Formação Humana. [dupso2@gmail.com]

## INTRODUÇÃO

A pandemia de Covid-19, doença de caráter global causada pelo novo coronavírus (Sars-Cov 2), e assim reconhecida pela Organização Mundial da Saúde (OMS) em 11 de março de 2020, mobiliza esforços, reflexões e estudos numa intensidade tão forte quanto a rapidez com que ocorre a sua disseminação geográfica, em escala de tempo assaz curta.

Nosso objetivo neste artigo é, com base numa trilogia freudiana, apresentar uma chave de compreensão dos aspectos psicossociais da pandemia. Nos referimos a três escritos de Freud, publicados pela Editora Imago no Brasil em 1986, num total de 24 volumes, a saber: *“Reflexões para os tempos de guerra e morte”*, de 1915 (FREUD, 1986a, v.XIV, p.309-341); *“A psicanálise e as neuroses de guerra”*, de 1919 (FREUD, 1986b, v.XVII, p.255-270); e *“Por que a guerra?”*, de 1933 (FREUD, 1986c, v.XXII, p.235-259).

Desde março de 2020, inúmeras reflexões e debates vem sendo travados no Brasil e no mundo. Periódicos, livros, *Lives*, reportagens, boletins de dados sobre contágio, disseminação e letalidade passaram a fazer parte de nosso cotidiano. São diversas as perspectivas de análises. Como aponta Mascaro (2020, p.6), em *“Crise e pandemia”*, a crise humano-sanitária que nos assola é expressão da *“crise de um sistema social já estabelecido e de contradições patentes”*. Não se trata simplesmente de uma crise do neoliberalismo, que se espraia como *“um sistema normativo que ampliou sua influência no mundo inteiro, estendendo a lógica do capital a todas as relações sociais e a todas as esferas da vida”* (DARDOT; LAVAL, 2016, p.7), mas de uma *“crise do capitalismo”*, ou seja, uma *“crise das formas econômicas”* e das *“formas institucionais”*, que como argumenta Mascaro (2020, p.10), revelam a *“crise das formas de subjetividade”*:

Os mecanismos pós-fordistas de resolução de crise, menos disponíveis que aqueles do fordismo, revelam um descompasso estrutural e inexorável entre instituições, economia e sociabilidade, ao lado dos tantos outros compassos estruturais que permitem a reprodução do modo de produção. Ao mesmo tempo, tais compassos e descompassos se encontram com as próprias formas de subjetividade presentes. Modelos pós-fordistas de produção e de acumulação constituem sujeitos sem maiores organicidades político-econômico-sociais - desconexão com partidos políticos e movimentos sociais de massa, ausência de representação sindical, locais de trabalho remotos e individualizados, interações mais virtuais que presenciais, subjetividades narcísicas e cínicas especificadas e ampliadas, orientação plena pelo cálculo econômico da vida. Com isso, as formas de subjetividade não servem, via de regra, de contraste à crise ou de elemento de combate em busca de sua superação; pelo contrário, são elementos de expansão e de propagação dessas mesmas formas de sociabilidade em crise (MASCARO, 2020, p.11).

De antemão, portanto, consideramos ser a presente crise humano-sanitária uma expressão de uma crise social e econômica que lhe precede. Os aspectos psicossociais envolvidos podem ser relacionados a uma crise de formas de subjetividades que se entrelaça à crise da sociabilidade. Enfatizamos a necessidade de uma compreensão de tais aspectos que seja compatível com sua complexidade. Apontamos tanto para tendências existentes antes da crise humano-sanitária, que parecem se agudizar, como para novos elementos que a elas se aglutinam. Isso implica em

recusar a patologização dos sentimentos e afetos, ao mesmo tempo que nos demanda explicitar e elucidar os impactos sobre a saúde mental.

Nesse artigo então sistematizamos os três referidos textos freudianos sobre os tempos de guerra e morte, de modo a relacioná-los às reflexões que desde marco de 2020 estamos a construir no interior de participações em dois grupos acadêmicos. Um deles diz respeito a uma atividade de extensão da UFSCar divulgada com o nome de *InformaSUS*. E outro se trata de um grupo interdisciplinar denominado *Complexidade, Inteligência Coletiva e Coronavírus*.

A referida atividade de extensão tem como título *Comunicação Social no Contexto da Covid-19*. Ela é coordenada pelo Prof. Dr. Gustavo Nunes de Oliveira, do Departamento de Medicina da UFSCar. Vinculada ao Programa *Práticas Sociais e Integralidade em Saúde*, é de natureza interdisciplinar. Trata-se de projeto de comunicação social em saúde em torno das necessidades de difusão de conhecimento científico, cuidados e orientações à saúde baseadas em evidências científicas e suporte a iniciativas de combate a notícias falsas em *mídias sociais*, em torno do acontecimento e impactos sociais da pandemia Covid-19. Promove articulação interdepartamental e reúne docentes e técnicos no trabalho de curadoria editorial para difusão de conhecimento científico, com suporte em plataforma *web*. O projeto de comunicação e difusão de conhecimento científico se destina à comunidade acadêmica, à população em geral e grupos de risco e vulneráveis à Covid-19. Surgiu em março de 2020 a partir do esforço coletivo entre docentes, técnicos e alunos da UFSCar, após criação do Comitê de Controle e Cuidados em relação ao Novo Coronavírus (Portaria GR Nº 4369 de 12/03/2020). O projeto se iniciou com 23 professores, mas esse número já cresceu bastante. Destacamos que dele também participa o Prof. Dr. Bernardino Geraldo Alves Souto, Presidente da Comissão do Combate ao Coronavírus da UFSCar, que também passou a integrar o grupo *Complexidade, Inteligência Coletiva e Coronavírus* desde junho de 2020.

O grupo *Complexidade, Inteligência Coletiva e Coronavírus*, igualmente interdisciplinar, se reúne semanalmente desde março de 2020, sob o mote de combate à pandemia e do desenvolvimento de projetos, pesquisas e produções científicas. Foi organizado por Maria Tereza Ramalho, terapeuta ocupacional da Unidade Saúde Escola (USE) da UFSCar, tendo como mentor o Prof. Dr. Paulo Cesar de Camargo, do Departamento de Física da UFSCar. Ele congrega pesquisadores de distintas áreas e instituições, vários deles que foram orientandos ou tiveram influência do renomado físico e pesquisador, Prof. Dr. Sérgio Mascarenhas de Oliveira, da USP de São Carlos, de modo que possuem experiências no campo da discussão da complexidade e inteligência coletiva. Dentre as formações de seus componentes destacamos: engenheiros; físicos; estatístico; economistas; terapeuta ocupacional; psicólogo; médicos.

Podemos destacar algumas reflexões desse grupo. Uma delas é que devemos recusar toda e quaisquer imprecisões. E rogar precisão é algo extremamente complexo. E dadas as condições do (des)controle da pandemia no Brasil, sem foco na vigilância epidemiológica e na atenção básica, algo difícil de ser equacionado em curto prazo. A situação envolve também a dificuldade com a exatidão. Nesse sentido, fica difícil definir o alvo. Assim, a incerteza dificulta a perspectiva do combate da Covid-19. Há incertezas tanto na precisão quanto na exatidão. E como sustenta o mentor do grupo, não existem respostas simples para questões complexas, ou ainda, respostas

simples para o que é complexo nos torna vulneráveis ao caos. Por esta razão, o grupo defende a máxima de se basear em dados reais e método científico.

O Nobel de Economia, Stiglitz (2020, p.3), ao abordar o tema complexidade e modelos matemáticos, considera que a “matemática é uma linguagem que nos permite ver relações complexas”, “com uma clareza que de outra forma não teríamos”, mas alerta: “bons modelos matemáticos levam em consideração a incerteza. Os problemas não dependem da matemática, mas de quem a usa de maneira errada”. Segundo Stiglitz (2020), que vê na pandemia fracassos e lições, a crise vem de um *continuum*, ao mesmo tempo que se afloram novos desafios globais para seu enfrentamento, só passíveis de ser compreendidos na sua dinâmica histórica e móvel:

A pandemia é uma crise que o mundo deve enfrentar em conjunto, assim como a crise climática, que não desapareceu e, aliás, poderia ser a causa de outras epidemias. Devemos aprender a compartilhar o planeta e isso requer uma cooperação que Trump fez todo o possível para minar nos últimos anos. A principal tarefa do próximo presidente será restaurar a cooperação global (...). A economia é uma ciência que estuda como indivíduos e sociedades distribuem recursos escassos e deve ser estudada em conexão com todas as outras ciências sociais. Para mim, o mais importante é o estudo da história. A história nunca se repete exatamente da mesma forma, mas refletir sobre os eventos do passado sugere intuições sobre o presente (STIGLITZ, 2020, p.5-6).

Dessa forma, adiantamos uma questão apontada por Freud (1986a, p.311) em “*Reflexões para os tempos de guerra e morte*”: as situações de calamidade, de tragédia humana, são situações nas quais se verificam “*grandes mudanças*”, parte delas já em curso, e ao mesmo tempo, outras que emergem. Um olhar atento para a complexidade e não linearidade da história e dos aspectos psicossociais da pandemia, com foco nos impactos sobre a saúde mental, não pode negligenciar essa arguta observação.

## SOBRE A TRILOGIA DE FREUD SOBRE TEMPOS DE MORTE E GUERRA

Os três referidos textos de Freud foram escritos em épocas distintas, 1915, 1919 e 1933.

O primeiro deles, mais extenso de todos, “*Reflexões para os tempos de guerra e morte*” (FREUD, 1986a), de 1915, já se situa num momento de importantes desdobramentos da primeira tópica, ainda pautada pelo “*dualismo*” entre “*pulsões sexuais*” e “*pulsões de conservação*” (LIMA, 1995, p.62), sob os pilares dos conceitos de consciente, pré-consciente e inconsciente. O texto de 1915 avança em relação a tais conceitos; e é contemporâneo de outros clássicos, como “*Sobre o narcisismo: uma introdução*”, de 1914, “*Luto e melancolia*”, de 1915, e os denominados “*Artigos sobre a metapsicologia*”, também de 1915.

Nesse momento Freud já transitava para a sua segunda tópica, ou seja, para uma outra postulação das pulsões. O texto “*Sobre o narcisismo*” é considerado um marco dessa transição. Freud considerava o dualismo pulsional avesso a uma “*teoria monista*”, sua perspectiva era a da compreensão de pares-antinômicos, e já percebia com clareza que as ditas “*pulsões do ego*” carregavam uma “*ambiguidade*”: são “*tendências que emanam do ego e buscam objetos externos*” (tal como a comida), mas também são “*pulsões ligadas ao ego, e podem tomá-lo como objeto (o*

que é a definição freudiana de narcisismo)” (LIMA, 1995, p.63). As pulsões do ego, inicialmente tomadas no seu nível biológico, ou de conservação de si, se revelam mais complexas. A ambiguidade é resolvida quando Freud postula que a “*energia das pulsões do ego não é libido, mas interesse*”, e assim se afasta das “*concepções puramente biológicas*”, “*colocando-a no domínio do psíquico*” (LIMA, 1995, p.63). As “*pulsões sexuais*”, antes vistas numa espécie de “*funcionamento anárquico*”, “*passam a operar de modo integrado*” (LIMA, 1995, p.63).

Com isso, investimentos libidinais, ou, dizendo de outra forma, os objetos da pulsão, passam a ser o ego (introversão ou retração da libido), ou o objeto externo. Há um movimento desta libido e o conflito pulsional, na segunda teoria das pulsões, fica entre libido do ego e libido do objeto. (...) Porém, quando Freud formula a pluridimensionalidade do conceito de pulsão apontando sua relação com a FONTE, OBJETO, FIM e FORÇA [tal se explicita no artigo “O instinto e suas vicissitudes”, de 1915, um dos textos que compõe a sua “Metapsicologia”], fica implícito, na articulação destes aspectos, que o campo representacional é apenas uma parte do espectro que inclui desde o somático até o objeto. Neste intervalo está a FORÇA e o FIM caracterizando um através. Até aqui estamos ainda no dualismo pulsões do ego/pulsões sexuais que começa a ser percebido como insustentável, dado que a libido do ego podia tomar como objeto tanto objetos externos como o próprio ego, denotando, assim, também sua natureza sexual. Neste sentido, estas duas pulsões vão ser englobadas agora (numa terceira teoria pulsional) em uma única classe, que Freud chamará pulsões de vida (LIMA, 1995, p.64).

É em 1920, no texto “*Mais além do princípio do prazer*”, de data bem próxima ao segundo texto da trilogia aqui referida, “*A psicanálise e as neuroses de guerra*” (FREUD, 1986b), de 1919, que Freud consolida sua última dualidade pulsional. Freud percebe que há manifestações psíquicas que extrapolam o princípio do prazer. O fato novo singular é o de que há uma compulsão à repetição que não se relaciona ao prazer nem tampouco à satisfação de pulsões recalçadas. Como aponta Lima (1995, p.65), “*Freud faz sua conceitualização última do conflito pulsional, enfatizando o caráter conservador da pulsão*”, que seria voltada à “*reconstrução de um estado anterior*”:

No espectro das pulsões, apareceu então uma que é absolutamente nova em relação às anteriormente postuladas: a pulsão de morte. Agora, as pulsões do ego e as pulsões sexuais passarão a fazer parte do conjunto das pulsões sexuais, ou pulsões de vida, e, em oposição, teremos a compulsão à repetição que Freud define como o princípio do outro pólo do conflito pulsional, que são as denominadas pulsões de morte (LIMA, 1995, p.65).

Assim, quando da publicação do terceiro texto, “*Por que a guerra?*” (FREUD, 1986c), de 1933, já estávamos diante de um Freud maduro, de uma teoria psicanalítica consolidada na dualidade entre pulsões de vida e pulsões de morte, sob os pilares dos conceitos de Id, Ego, Super-Ego, Ideal de Ego e Ego Ideal. Nessa ocasião, também já estavam consolidados os seus escritos ditos “sociológicos”, tais como os mais tardios, “*Mal-estar na civilização*”, de 1929, e “*O futuro de uma ilusão*”, de 1927. Quando então o já famoso psicanalista debate sobre a guerra com nada mais nada menos que Einstein (o texto é uma resposta de Freud a uma carta a ele endereçada pelo físico, igualmente famoso por ter criado a teoria da relatividade).



Isto posto, vamos às sistematizações de cada um dos textos.

## REFLEXÕES PARA OS TEMPOS DE GUERRA E MORTE

Nos “tempos de guerra”, nos ensina Freud (1986a, p.311), nos deparamos com a “*confusão*”, “*perplexidade*” e “*informações unilaterais*”. Nesses tempos, “*grandes mudanças*” se “*verificaram*”, ou, “*começam a se verificar*”, e se expressam em fortes sentimentos com os “*males imediatos*” (FREUD, 1986a, p.311). Eis dois pontos capitais para a chave de compreensão dos aspectos psicossociais da pandemia que aqui objetivamos, a saber: as informações unilaterais, que caracterizam uma infopandemia, atravessada por discursos governamentais ambíguos, que se materializam em práticas de relaxamento de medidas de distanciamento social, sob a pressão de interesses econômicos e flagrante inobservância sobre diversos estudos científicos e a preconização de testagens, vigilância epidemiológica e ações de atenção básica e cuidados integrais; e a existência de grandes mudanças, tanto daquelas já em curso antes da tragédia humano-social de inúmeras mortes, como a de novos elementos, antes ausentes, que ora eclodem.

Dois aspectos são ressaltados por Freud (1986a, p.311), relacionados à “*aflição mental*” ensejadas pela guerra e elevado número de mortes, e cujo enfrentamento considera um grande desafio: a “*desilusão*” e a “*modificação da atitude diante da morte*”.

Considera que as nações e vidas se dão sob condições muito diferentes. E que o valor da vida, “*diversamente apreciado entre elas*” (FREUD, 1986a, p.312) poderia nos fazer pensar ou prever que poderiam haver guerras por mais tempo na humanidade. “*Mas nos permitíamos ter outras esperanças*”, pondera, e descobrir “*outra maneira de solucionar incompreensões e conflitos de classe*” (FREUD, 1986a, p.312).

Porém, o “*Estado beligerante permite-se todos os malefícios, todos os atos de violência que desgraçariam o indivíduo*”; ao que acrescenta: a “*crueldade*” e a “*barbárie*” ocorrem, ainda que pudéssemos as julgar incompatíveis com o “*nível de civilização*” (FREUD, 1986a, p.316). Nada mais atual, e que vem sendo, no contexto da pandemia e do negacionismo e anti-intelectualismo do governo federal, reiteradamente denominado como necropolítica, conceito de Mbembe (2018) no qual indica que cabe ao Estado a escolha de quem vive e de quem morre, com os segmentos pobres, periféricos e negros, os mais atingidos (MBEMBE, 2018; ALMEIDA, 2019).

Assim, nos deparamos com o indivíduo “*desamparado, num mundo que se lhe tornou estranho*” (FREUD, 1986a, p.316). Esse desapontamento com a civilização, e tal sentimento de desamparo, e a estranheza, a rigor não se justificariam. Pois, segundo seu argumento, trata-se da “*destruição de uma ilusão*”, ou, de “*ilusões*” por nós acolhidas somente por nos pouparem de “*sentimentos desagradáveis*”, e nos permitir, “*em troca, gozar de satisfações*” (FREUD, 1986a, p.317). Ao que acrescenta: “*Somos levados enganosamente a considerar os homens como melhores do que de fato são (...) somos enganosamente levados por nosso otimismo a exagerar grosseiramente o número de seres humanos que têm sido transformados num sentido cultural*” (FREUD, 1986a, p.320).

Freud (1986a, p.324) considera dois aspectos que nos deixam “atônitos” e “chocados” no contexto da guerra e morte generalizada: o recuo da ética civilizatória e a falta de compreensão. Em relação a esta, nos esclarece:

O que tenho em mente é a falta de compreensão interna (*insigth*) demonstrada pelos melhores intelectos, sua obstinação, sua inacessibilidade aos mais convincentes argumentos, e sua credibilidade destituída de senso crítico para com as asserções mais discutíveis (...) os estudiosos da natureza humana e os filósofos de há muito nos ensinaram que nos enganamos ao considerar nossa inteligência uma força independente e ao negligenciar sua dependência em relação à vida emocional. Nosso intelecto, segundo nos ensinam, só pode funcionar de maneira digna de confiança quando afastado das influências de fortes impulsos emocionais; do contrário, comporta-se simplesmente como um instrumento da vontade e fornece a inferência que a vontade exige. Assim, na opinião deles, os argumentos lógicos são impotentes contra os interesses afetivos; por isso os debates apoiados por razões, na frase de Falstaff, “tão abundantes quanto amoras silvestres”, mostram-se tão infrutíferos no mundo dos interesses (FREUD, 1986a, p.324).

No que tange à nossa atitude para com a morte, ela não deve ser compreendida com base em racional “aceitação” – se trata de uma aparente resignação - como algo que faz parte da vida. Para Freud (1986a, p.327) “*é impossível imaginarmos a nossa morte*”, e se o tentamos, é na condição de “*espectadores*”: “*a escola psicanalítica pôde aventurar-se a afirmar que no fundo ninguém crê em sua própria morte, ou, dizendo a mesma coisa de outra maneira, que no inconsciente cada um de nós está convencido de sua própria imortalidade*”.

Freud (1986a, p.328-330) argumenta que um “*grande número de mortes simultâneas nos atinge como algo extremamente terrível*”, e aponta que, em tempos de guerra (ou de pandemias, poderíamos acrescentar), se colocam em xeque as nossas reações convencionais à morte (tal como ocorrem em tempos de paz ou “normalidade” - aspas nossas):

É evidente que a guerra está fadada a varrer esse tratamento convencional da morte. Esta não será mais negada; somos forçados a acreditar nela. As pessoas realmente morrem, e não mais uma a uma, porém muitas, frequentemente dezenas de milhares, num único dia. E a morte não é mais um acontecimento [ilusória ou pretensamente] fortuito. Certamente, ainda parece uma questão de acaso o fato de uma bala atingir esse ou aquele homem, mas uma segunda bala pode muito bem atingir o sobrevivente; e o acúmulo de mortes põe um termo à impressão de acaso. A vida, na realidade, tornou-se interessante novamente, recuperou seu pleno conteúdo (FREUD, 1986a, p.329-330).

Assim, comenta, o ditado comumente aceito, do “*navegar é preciso, viver não é preciso*”, tende a ser, forçosamente, ressignificado (FREUD, 1986a, p.329).

Outro aspecto importante assinalado por Freud (1986, p.330) é que “*deve-se estabelecer*” uma “*distinção entre dois grupos*”, os que “*arriscam suas vidas no campo de batalha*”, dos que “*permanecem em casa, tendo apenas de esperar pela perda de seus entes queridos*”. Aqui nos remete, na situação da pandemia, aos trabalhadores que ficam e podem trabalhar em casa, e os que estão nas atividades essenciais, na área de saúde, transporte e gêneros alimentícios, dentre outros, além dos precarizados, periféricos e informais, sem alternativa e condições de ficar em

casa, e cuja vida, desde antes, já os exigia enfrentar cotidianamente riscos de saúde, segurança e morte.

Tomando ainda como referência a notável e contraditória atitude do homem primitivo em relação à morte (tão bem desenvolvida em seu texto *“Totem e Tabu”*, de 1913, no qual formulou a sua tese do parricídio na origem das instituições sociais), Freud (1986a) indica outro aspecto importante do humano em relação à morte: a ambivalência emocional.

A lei da ambivalência do sentimento, que até hoje rege nossas relações emocionais com aqueles que mais amamos, por certo tinha uma validade muito mais ampla nos tempos primitivos. Assim, esses mortos amados também tinham sido inimigos e estranhos que haviam despertado nele certo grau de sentimento hostil (FREUD, 1986a, p.332).

Na origem da civilização e na ambivalência em relação à morte, residiria a edificação do totemismo e das religiões, ou ainda, das ilusões socialmente compartilhadas; portanto, da negação da morte - negação colocada em xeque nas situações de inúmeras mortes. Conforme nos aponta Freud (1986a, p.334): *“a origem da negação da morte, que descrevemos como uma ‘atitude convencional e cultural’, remonta aos tempos mais antigos”*.

Surge, sob a culpa, o mandamento ético do *“não matarás”*, como *“reação contra a satisfação do ódio que se ocultava sob o pesar, estendendo-se gradativamente a estranhos que não eram amados e, finalmente, até mesmo a inimigos”* (FREUD, 1986a, p.334). *“Mas esta extensão final do mandamento”*, nos alerta Freud (1986a, p.334), *“não é experimentada pelo homem civilizado”* (pelos *“combatentes vitoriosos que voltam à pátria”*), que volta ao lar *“sem ser questionado pelos pensamentos sobre os inimigos que, quer de perto, quer de longe, matou”*.

E Freud (1986a) nos chama a atenção quando afirma que os homens primitivos não agiam assim. Não pisavam em suas aldeias, nem tocavam em suas esposas sem antes realizar penitências longas. Ao que afirma Freud (1986a, p.334): *“por detrás dessa superstição, jaz oculta uma veia de sensibilidade ética, que foi perdida por nós, homens civilizados”*. A intensidade do *“não matarás”*, no palavreado do homem civilizado, argumenta, apenas indica a proibição ao impulso poderoso, não eliminado, do desejo de matar (FREUD, 1986a, p.335).

Freud (1986a, p.338) conclui seu ensaio com as seguintes afirmativas eloquentes:

Nosso inconsciente é tão inacessível à ideia de nossa própria morte, tão inclinado ao assassinato em relação a estranhos, tão dividido (isto é, ambivalente) para com aqueles que amamos, como era o homem primitivo. Contudo, como nos distanciamos desse estado primitivo em nossa atitude convencional e cultural para com a morte! (FREUD, 1986a, p.338).

Aponta ainda que a guerra, situação (psico)social atípica, tem efeitos:

É fácil ver como a guerra se choca com essa dicotomia. Ela nos despoja dos acréscimos ulteriores da civilização e põe a nu o homem primitivo que existe em cada um de nós. Compele-nos mais uma vez a sermos heróis que não podem crer em sua própria morte; estigmatiza os estranhos como inimigos, cuja morte deve ser procurada ou desejada; diz-nos que desprezamos a morte daqueles que amamos (FREUD, 1986a, p.338).



A guerra é considerada como fenômeno das relações concretas das nações, relacionadas às suas diferenças e repulsas, e como fenômeno dificilmente suprimível: *“A guerra, porém, não pode ser abolida; enquanto as condições de existência entre as nações continuarem tão diferentes e sua repulsa mútua tão violenta, sempre haverá guerras”* (FREUD, 1986a, p.338-339).

Freud (1986a, p.339) pondera que, se a ilusão nos permite suportar a dura realidade, ou tornar a vida mais tolerável, *“tolerar a vida”* deve ser *“o primeiro dever de todos seres vivos”*, de modo que a *“ilusão perderá todo seu valor, se tornar isso mais difícil para nós”*. D’onde o ditado, *“se queres preservar a vida, prepara-te para a guerra”*, deveria ser alterado, de forma a se coadunar com o tempo vivente (anormal, da guerra), para: *“se queres suportar a vida, prepara-te para a morte”* (FREUD, 1915/1986, p.339) Eis uma nova e inaudita mudança na sociabilidade, em tempos de tragédia humano-social, certamente com marcas à subjetividade.

## A PSICANÁLISE E AS NEUROSES DE GUERRA

Esse texto de Freud (1986b, p.258-259) compôs uma introdução aos *“Anais do V Congresso Psicanalítico Internacional”*, realizado em Budapest em setembro de 1916, e tem como Apêndice o curioso *“Memorandum Sobre o Tratamento Elétrico dos Neuróticos de Guerra”*, de 1920.

Nesse Congresso, com representantes oficiais de alto escalão de países europeus dominantes, foi feita a promessa (descumprida como atesta o Apêndice) de que médicos psicanalistas teriam oportunidade para realizar um trabalho terapêutico com os combatentes (com paralisias e tremores) condizente às suas convicções e formações. Mas antes da proposta ter sido aceita ou efetivada, a guerra chegou ao fim, e o suposto interesse pelas *“neuroses de guerra”* findou-se (FREUD, 1986b, p.259).

Mas a psicanálise pôde ser divulgada e melhor conhecida pelos médicos; sobretudo alguns fatores antes reconhecidos e descritos, quando do trabalho com as *“neuroses em tempo de paz”*, tal como: a *“psicogênese dos sintomas”*; os *“impulsos instintuais inconscientes”*; e o *“ganho primário de estar doente (A fuga para doença)”*- que *“observou-se estarem igualmente presentes nas neuroses de guerra e foram aceitos quase universalmente”* (FREUD, 1986b, p.260).

Ainda que não devam ser desvinculadas dos conflitos entre ego e instintos, as *“neuroses de guerra”* devem ser vistas como *“neuroses traumáticas”* (FREUD, 1986b, p.261). O conflito do ego existe: entre *“o velho ego pacífico do soldado”* e *“seu novo ego bélico”* (FREUD, 1986b, p.261). O antigo ego, como que ao se perceber da ameaça real do novo ego, foge para neurose traumática, para proteger -se do perigo mortal.

Freud (1986b) considera haver outras situações sociais críticas que podem ensejar as neuroses traumáticas: *“À parte disso, as neuroses de guerra são apenas neuroses traumáticas, que, como sabemos, ocorrem em tempos de paz também, após experiências assustadoras ou graves acidentes, sem qualquer referência a um conflito no ego”* (FREUD, 1986b, p.261). De qualquer modo, as neuroses traumáticas podem fornecer novos elementos para a compreensão das relações entre medo, ansiedade e libido narcísica.

Embora a neurose clássica advinha de uma reação ao trauma (*“neurose traumática elementar”*), é possível diferenciá-la das *“neuroses de guerra ou traumáticas”*:

Nas neuroses traumáticas e de guerra, o ego humano defende-se de um perigo que o ameaça de fora ou que está incorporado a uma forma assumida pelo próprio ego. Nas neuroses de transferência, em época de paz, o inimigo do qual o ego se defende é, na verdade, a libido, cujas exigências lhe parecem ameaçadoras (FREUD, 1986b, p.263).

No “*Memorandum*” Freud (1986b, p.265-270) relata que médicos, por pressão ou por sua visão derivada de suas formações, usaram do artifício do “*tratamento elétrico*” para apressar o retorno do soldado ao trabalho (guerra). O pragmatismo cedeu à ética médica. E o resultado foi desastroso e ineficaz a médio prazo. A aversão à luta persistia após recolocar o combatente “*fugidio*” no *front*; e não houve, segundo Freud (1986c, p.269), nenhum “*desmentido*” de “*mortes*” ou “*suicídio*” nos “*hospitais alemães*” em decorrência ou durante tal procedimento. Um silenciamento suspeito. Freud (1986b) ainda aponta para um colapso do tratamento elétrico em suas conclusões, com base em revelação feita a ele por um então diretor de um hospital de guerra.

A questão fundamental desse texto freudiano é que o que está em jogo na situação traumática é algo da ordem do real. O medo tem uma base concreta. Ele pode até enlaçar-se a aspectos psicogênicos, do tipo fóbico. Mas pode existir, não obstante, em qualquer indivíduo cujo perfil não seja o de uma psicose mórbida. Enquanto na psicose o conflito básico seria entre Id e Super-Ego, ou entre pulsões sexuais reprimidas inconscientes e imperativos super-egóicos, no caso da neurose traumática faz sentido os termos da junção entre pulsões de autoconservação e libido (voltada para o ego ou para o objeto), ou ainda, a presença da pulsão de vida como energia dominante sobre a pulsão de morte. Exemplificada pela negação ao combate como forma inconsciente de defesa em prol da preservação de si. O que se difere de um conflito neurótico entre pulsão de vida e pulsão de morte, cujo mote seria o eu dividido entre exigências de prazer e exigências de culpa punitiva que engendram o além do princípio do prazer. Não se trata, pois, de um típico conflito psiconeurótico, mas outrossim, uma dinâmica suscitada pela ameaça real, vivenciada sem máscaras, sem ilusões arrefecedoras, da morte concreta. Aqui não valem as formas costumazes de autoilusão, a negação da morte sob a égide da fantasia da imortalidade; o contexto não se mostra passível de sustentar tal construção imaginária. Há mudanças. E a fuga para a doença se mostra motivada por novos elementos, em que pese sua aparente similitude com o ganho secundário da neurose clássica. De outra parte, poder-se-ia conjecturar que os resistentes, que se lançam ao combate, sem disparar tal modo de defesa, preservam - mesmo em tais condições, adversas e potencialmente cambiantes da psicodinâmica habitual - uma forte negação do risco de vida. Nesse caso prevalecem os elementos geralmente presentes na dinâmica narcísica de uma injunção super-egóica engendrada pelo Ideal de Ego, não diluída pela força do real. E que encontra reforço em valores compartilhados e idealizados, como a defesa da pátria.

No caso dos brasileiros que se lançam às suas atividades, não seguindo os preceitos do distanciamento social, podemos indicar alguns perfis: um deles seria o das equipes de frente da área de saúde, cujo Ideal de Ego de seu compromisso ético-profissional impingem ao trabalho, sob o *mister* de salvar vidas. Outro perfil seria o que adere à narrativa do governo federal e aos símbolos pretensamente patrióticos, numa construção imaginária de salvar o Brasil e/ou a economia, ignorando, sob

o negacionismo, a dimensão pandêmica enquanto grave crise humano-sanitária. E ainda, poderíamos considerar várias outras categorias profissionais, mas nos limitaremos a mencionar mais uma delas, a dos entregadores de alimentos, que se destacaram por seu dia de greve, quando reivindicaram direitos como trabalhadores, desvendando a capa ilusória de serem empreendedores. Esses, forjados pela necessidade de renda, parecem sobretudo movidos pela pulsão de autopreservação em sua dimensão básica, biológica, da garantia de sua própria alimentação e sobrevivência. Como esses, haveriam outros, como coletores de lixo, informais etc. Sendo possível, em cada uma dessas categorias, haver, ou não, conforme a singularidade de cada um, uma mescla de tais necessidades prementes com as imagens e símbolos apreogados pela narrativa do governo federal, o que tão somente reforçaria a força da necessidade real de se lançarem ao trabalho, apesar dos inegáveis riscos.

### Por que a guerra?

Esse terceiro escrito se trata de uma troca de correspondências entre Einstein e Freud. Freud (1986c) respondia a uma questão demandada por Einstein em uma curta carta. Freud não era amigo íntimo de Einstein, mas já havia tido um encontro com ele em 1927, em Berlim, na casa de seu filho mais velho. Freud, com bom humor em relação a tal encontro, escrevera a Ferenczi: “*ele [Einstein] entende tanto de Psicologia quanto eu entendo de Física, de modo que tivemos uma conversa muito agradável*” (FREUD, Nota do Editor, 1986c, p.328).

As ideias expostas por Freud em sua resposta a Einstein se relacionam às de seu artigo de 1915, “*Reflexões para os tempos de guerra e morte*”, mas desta feita estreitamente conectadas aos conteúdos de seus escritos de temas sociológicos então recentes: “*O futuro de uma ilusão*” (1927) e “*O mal-estar na civilização*” (1929), isto é, sobre suas análises sobre a coexistência do processo civilizatório com a pulsão de morte.

A carta de Einstein, de 30/julho/1932, resultou de uma proposta da Liga das Nações e do Instituto Internacional para a Cooperação Intelectual. Einstein foi demandado a escolher alguma pessoa para tratar de tema que julgasse pertinente. Escolheu Freud. E o tema, a guerra, foi apresentado sob a forma de uma pergunta: “*existe alguma forma de livrar a humanidade de guerra?*” (Einstein, Apud FREUD, 1986c, p.241).

Einstein alertou ser cético ao tratamento profissional ou prático da questão; revelou, no entanto, não ter uma “*compreensão interna das obscuras regiões da vontade humana*”; e que intencionava ir além das “*soluções óbvias*”, no sentido do “*profundo conhecimento da vida instintiva do homem*”, que reconhecia no psicanalista (Einstein, Apud FREUD, 1986c, p.241). Einstein justificou sua demanda e apontou para existência de limitações institucionais, do poder, da economia, da justiça e dos acordos entre nações distintas e com interesses diversos, para um contrato antibélico. E revelou identificar em Freud uma “*evidente sinceridade*” quando este aponta para o “*insucesso*” de tais “*esforços*”; e ainda, explicitou convicção de que estariam em jogo, nessa dificuldade, “*fatores psicológicos de peso*” (Einstein, Apud FREUD, 1986c, p.242).

Einstein indagou sobre como uma “*pequena súcia*” poderia “*dobrar a vontade da maioria*”, e sob seus interesses, levar à resignação frente à perda e sofrimento na situação de guerra (Einstein, Apud FREUD, 1986c, p.243). E levantou a hipótese

de um “*desejo de ódio e destruição*” elevado à “*potência de uma psicose coletiva*” (Einstein, Apud FREUD, 1986c, p.243). E mais, considerou que tal não ocorreria tão somente nas “*massas incultas*”, mas também com a “*intelligentzia*”; e não somente na guerra, mas também em outras situações em que o “*instinto agressivo opera*”, como nas “*perseguições a minorias raciais*” (Einstein, Apud FREUD, 1986c, p.243-244). E cordialmente expressou sua esperança para “*novos e frutíferos modos de ação*” com base nas “*recentes descobertas*” de seu interlocutor, Freud (Einstein, Apud FREUD, 1986c, p.244).

As colocações não poderiam ser mais ajustadas ao que se identifica no campo da polarização política no Brasil atual, no qual surgem uma gama de discussões teóricas sobre o discurso do ódio (AB’SABER, 2015; GALLEGO, 2018), envolto a posições políticas que protagonizam a narrativa do governo federal, cujo viés se caracteriza como machista, homofóbico, anti-intelectualista, elitista e autoritário ou neofascista (MARTINEZ, 2020).

Freud (1986c) respondeu a Einstein em carta de setembro de 1932, escrita em Viena. Elogiou as pré-elaborações de Einstein, e concordou com a importância de se abordar “*o direito e o poder*”, mas substituiu a palavra “*poder*” por “*violência*”; e mais, considerou haver uma falsa antítese entre o “*direito*” e a “*violência*”, ao que acrescentou: “*é fácil mostrar que uma se desenvolveu da outra*” (FREUD, 1986c, p.246).

Freud (1986, p.247) aponta que, da “*violência bruta*”, se foi (no transcurso do processo civilizatório), para a “*violência apoiada no intelecto*” e “*violência apoiada na comunidade*”. E que tais formas de violência, mais recentes, pressupõem uma maioria estável e duradoura. Uma “*evolução*” que carrega uma “*repetição*” (FREUD, 1986c, p.247-248). Acrescenta ainda que por vezes os detentores de poder se colocam acima das leis que preconizam. Mas pondera que há fatores históricos que tornam possíveis mudanças de tais situações.

Aqui, portanto, podemos evocar o atual poder sem limites, o poder violento, a ruptura com os direitos, elementos fundamentais da necropolítica (MBEMBE, 2018), assim como dos aspectos político-jurídicos e psicossociais do bolsonarismo (MARTINEZ, 2020).

Freud (1986c) pondera sobre as limitações que as ideias, preceitos éticos ou leis possam ter no sentido da preservação real da unidade social. E apresenta sua teoria sobre dois tipos de instintos humanos: os de preservação ou eróticos num sentido amplo (Eros), e os destrutivos, mortíferos ou agressivos, os quais cogita poder reverberar na ciência do interlocutor (a Física) sob os termos atração e repulsa. Argumenta ainda que os instintos, ainda que opostos, não existem um sem o outro, pois se amalgamam. No caso, os instintos de vida e de morte.<sup>2</sup>

Quanto à questão central de Einstein, Freud (1986c, p.255) respondeu: “*Não há maneira de eliminar totalmente os impulsos agressivos do homem; pode-se tentar desviá-los num grau tal que não necessitem encontrar expressão na guerra*”.

A civilização, porém, continua ele, apresenta uma contradição, é fruto de um “*processo*” ao qual “*devemos o melhor daquilo em que nos tornamos*” (relacionado

2 Utilizamos aqui o termo “instinto” para ser fiel à edição usada (Editora Imago), mas é ponto consensuado pela psicanálise contemporânea que o termo mais apropriado seja o de “pulsão”. O termo instinto seria pertinente quando em relação aos aspectos biológicos; mas aqui se trata de uma discussão sobre o homem dito civilizado, discussão essa desenvolvida com base na tópica mais avançada do pensamento freudiano, cuja dualidade pulsional se expressa no par antitético pulsão de vida e pulsão de morte.



aos vínculos, à comunidade, à preservação) e *“boa parte daquilo que padecemos”* (relacionado às rupturas, agressividade, desagregação e destrutividade) (FREUD, 1986c, p.258).

E concluiu: *“a guerra se constitui na mais óbvia oposição à atitude psíquica [“fortalecimento do intelecto”, “internalização dos impulsos agressivos”, “atitude cultural”, “renúncia ao instinto”] que nos foi inculcada pelo processo de civilização”;* e por esse motivo, acrescentou, *“não podemos”, “nós, os pacifistas”, “evitar de nos rebelar contra ela; simplesmente não podemos mais nos conformar com ela”* - ainda que não possamos definir ou saber *“quanto tempo teremos de esperar até que o restante da humanidade também se torne pacifista”* (FREUD, 1986c, p.258).

#### TECENDO OS FIOS DA TRILOGIA FREUDIANA: ASPECTOS PSICO-SOCIAIS DA PANDEMIA COMPREENDIDOS SOB À LUZ DAS ANÁLISES SOBRE TEMPOS DE GUERRA E MORTE

No contexto da pandemia se aprofundam dimensões da precarização do trabalho e de seus nefastos efeitos sobre a subjetividade e saúde dos trabalhadores. Tais aspectos, já em curso antes da eclosão pandêmica, se agudizam, a ponto de ganhar novos contornos qualitativos antes inexistentes.

Seligmann-Silva (2011) retoma, em reedição revista de seu livro sobre o desgaste mental no trabalho, as relações entre poder, dominação e processos de degradação social e institucional. O ataque aos direitos sociais e do trabalho incrementam os elos entre crise econômica e adoecimento dos trabalhadores. Mas eis que uma pandemia de caráter global e sem precedentes na história, em termos de sua letalidade e grau de disseminação, imprime novos aspectos nesses elos. A crise econômica não se deve somente às próprias contradições do modo de produção que estruturalmente a ensejam (MASCARO, 2020). Ela se apresenta como fator e resultado da crise humano-sanitária que impede o fluxo econômico, a produção e acumulação da riqueza, a expropriação da mais-valia, e assim desacelera o ritmo da circulação da moeda, do comércio e dos investimentos, expondo com clareza que o sistema depende da força viva do trabalho humano. O humano combalido não só mais por conta da hiper-exploração, mas pela doença que, de forma insidiosa, penetrou os pulmões humanos e asfixiou a volúpia do capital.

Em pesquisas anteriores, apontamos para a compreensão do estresse enquanto processo dialético de desgaste socioinstitucional e biopsíquico (SILVA, 2005). De acordo com o paradigma integrador do desgaste, proposto por Seligmann-Silva (2011), apontávamos que o desgaste socioinstitucional era o elemento etiológico fundamental do estresse ocupacional, compreendido esse desgaste como um processo histórico de precarização social, de desmonte dos direitos sociais e do trabalho, ou ainda, dos sistemas de proteção social. Esse desgaste socioinstitucional se expressa no indivíduo acometido do estresse, ou seja, nele se expressa na forma de desgaste biopsíquico. Tais análises foram retomadas em reflexões e produções do GT Saúde do Trabalhador, do projeto InformaSUS, entre elas em entrevista intitulada *“Desgaste no Trabalho e Saúde Mental do Trabalhador”*, acessível pelo link <https://www.informasus.ufscar.br/desgaste-no-trabalho-e-saude-mental-do-trabalhador/>. Nessa trazemos aspectos novos que incrementam os problemas de saúde do trabalhador, quer seja os submetidos ao trabalho remoto, quer os impelidos ao trabalho,



com distintos, mas sempre presentes, riscos de contaminação. No primeiro caso se verificam mudanças dos processos psicológicos básicos de atenção, percepção e memória. Reuniões excessivas e *on-line*, geram não raro maior sentimento de cansaço, e são interferidas pelas dinâmicas caseiras cotidianas, quando não interrompidas de forma brusca por eventos inesperados, além das oscilações da *internet* e problemas técnicos de transmissões. Um mundo chamado por alguns de “novo normal”, e que tende a naturalizar o trabalho *home-office*, e a trazer elementos para legitimar redução de custos empresariais às custas de gastos assumidos pelos trabalhadores. Um “novo normal” que, talvez mais propriamente, deveria ser denominado de “novo anormal”. Ou seja, a exploração econômica e os efeitos psicológicos e nefastos à saúde ganham novos contornos. Já os trabalhadores lançados forçosamente em seus ambientes de trabalho, por impossibilidade de realizar seus trabalhos por meios remotos, se veem diante de uma plêiade de situações, na qual se acentuam as precariedades. Tal como no trabalho remoto, se mesclam as precariedades subjetivas e objetivas (LINHART, 2009). As subjetivas se caracterizam pela impressão do trabalho sempre incompleto, a dever; por uma sensação reiterada de que não se deu cabo de tudo que se deveria fazer. Segundo Linhart, a precariedade subjetiva se configura como:

[...] o sentimento de não estar “em casa” no trabalho, de não poder se fiar em suas rotinas profissionais, em suas redes, nos saberes e habilidades acumulados graças à experiência ou transmitidos pelos mais antigos; é o *sentimento de não dominar seu trabalho* e de precisar permanentemente desenvolver esforços para se adaptar, para cumprir os objetivos fixados, para não se arriscar, nem fisicamente, nem moralmente (no caso de interações com usuários ou clientes). É o *sentimento de não ter recurso em caso de problemas graves de trabalho*, nem do lado dos superiores hierárquicos (cada vez mais raros e cada vez menos disponíveis), nem do lado dos coletivos de trabalho que se esgarçaram com a individualização sistemática da gestão dos assalariados e o estímulo à concorrência entre eles. É, assim, o *sentimento de isolamento e abandono*. É também a *perda da autoestima*, que está ligada ao *sentimento de dominar mal seu trabalho*, ao sentimento de não estar à altura, de fazer um trabalho ruim, de não estar seguro de assumir seu posto. [...] Tem-se assim, frequentemente, o medo, a ansiedade, o sentimento e insegurança que é chamado comodamente de estresse (LINHART, 2009, p. 2, grifos próprios).

A descrição nos remete ao contexto atual, embora tenha sido escrito antes dele. Coaduna-se à amálgama freudiana que aponta tempos de morte como tempos que mesclam grandes mudanças já verificadas e outras que subitamente se produzem. O que vale também para a precariedade objetiva, em última instância a base da precariedade subjetiva. Precariedade objetiva ora imersa em uma sorte de precariedades adicionais às que já se encontravam (contratos terceirizados, uberização, baixos salários), pois agora não só faltam instrumentos comuns de trabalho e condições de trabalho, mas também daqueles que se tornaram essenciais em função da pandemia, como equipamentos de proteção, máscaras, produtos de higienização, que parecem sempre insuficientes, na maior parte das vezes, em comparação às necessidades, tais como preconizadas pelos órgãos de vigilância de saúde do trabalhador (CEREST) do sistema de saúde (SUS) e da Organização Mundial da Saúde (OMS).

A “*Sociedade do cansaço*”, como denominada pelo filósofo sul coreano Han (2017), nos põe cara a cara com o desempenho desmedido, que gera o esgotamento,

ou ainda, a depressão por não se poder ser o que se é, na injunção de produzir, produzir, produzir. Cargas psíquicas no trabalho e relações entre gestão e organização do trabalho geradoras de adoecimento, assim como de processos de afastamento do sentido do trabalho, sob a mediação de avaliações que se prendem somente aos seus aspectos quantificáveis e matematizáveis (GAULEJAC, 2007), e não ao que é útil, belo, eficaz, relacionado ao coletivo e aos compromissos ético-políticos; num processo no qual o sofrimento do outro, e de si mesmo, tende a ser invisibilizado, menosprezado, banalizado (DEJOURS, 1999). Esse divórcio com o trabalho vivo, tipicamente ensejado pelos modelos tecnicistas de gestão e avaliação do trabalho, esgarça os coletivos, a cooperação e a solidariedade, sendo que, em situações limites, são forjados suicídios em cadeia no trabalho, tais como os pesquisados por Dejours e Bègue (2010).

Mas seria um equívoco simplesmente se considerar que na pandemia haveria, na dimensão psicossocial fundamental em crise - a do trabalho - e nos contextos sociais extralaborais - no cotidiano, nos lares - uma linearidade tão somente no sentido do recrudescimento, sob novas roupagens ou elementos adicionais, do individualismo, estresse e adoecimento.

Trata-se de momento no qual também se evidencia algo que se obscurecia: a sobrevivência de cada indivíduo sob a dependência de todos demais. O rompimento com a ilusão narcísica e a desilusão em torno do frágil pacto civilizatório, como nos aponta Freud (1986a), podendo gerar novos *insights*. E os sofrimentos que surgem não como produto de distúrbios de origem psiconeuróticas, mas em sujeitos sem antecedentes mórbidos, tal como nos traumas de base real das neuroses de guerra (FREUD, 1986b). Novos entrelaçamentos de pulsão de vida e pulsão de morte, de pulsões de autopreservação que, conectadas ao Ideal de Ego, podem, em plena tragédia, nos apontar para alternativas não previstas em contextos anteriores.

Apontamos para a importância em não se patologizar as reações psicológicas e psicossociais. Tristeza, insegurança, medo, se tornam sentimentos esperados, e não móveis tão somente de patologias em potencial, mas também de tomada de consciência. E por não esperado, ou indesejado, poderíamos apontar a negação, a insistente cegueira sobre a ordem civilizatória injusta, inócua, em grande medida produtora da tragédia humano-sanitária em que vivemos.

Stolkiner e Ferreyra (2020) apontam para o risco da patologização e argumentam que devemos estar mobilizados para algo muito mais amplo do que evitar enfermidades mentais. Argumentam que “*refletir em torno da saúde mental hoje inclui pensar no mal-estar em circunstâncias excepcionais*”, perpassadas pelas “*preocupações com o futuro e a morte*” (STOLKINER; FERREYRA, 2020, p.1). Argumentam assim que não é adequado reduzir sofrimentos a “*quadros patológicos*” ou “*nosografias pré-desenhadas*”, de modo a criticar a visão simplista sobre as enfermidades, criticando as “*causalidades lineares*” para tratar das situações complexas, como assinalamos na introdução deste artigo:

Não é uma obviedade: saúde mental não é o reverso de “enfermidade mental”. Portanto, não é adequado reduzir o sofrimento a quadros patológicos ou nosografias pré-desenhadas. Tampouco tratar de definir causalidades lineares frente a uma situação hipercomplexa, por exemplo, atribuir a todo o mal-estar às restrições e medidas que se tomam para prevenir a expansão do contágio, ou a falta de anúncio de certezas que ninguém pode garantir. Toda epidemia é

um processo que articula natureza e sociedade, e reconhece dimensões econômicas, políticas, sociais, culturais e subjetivas. E no caso da atual pandemia de COVID-19, a magnitude da contaminação planetária, a deficiente resposta de países que se consideravam “desenvolvidos” e o definitivo declínio de certezas com respeito ao futuro do humano, em si constroem um cenário inédito e abrem um nível coletivo de imprevisibilidade de futuro que obviamente nos afeta subjetivamente. Somente uma negação importante, quase mórbida, poderia fazer que alguém não se considere afetado (STOLKINER; FERREYRA, 2020, p.1).

Ao apontarem ser inevitáveis os sentimentos de perda e incerteza, recusam os tomar como um dado psicopatológico, e defendem que sejam compreendidos como “*recursos para adaptar-se a uma situação emocionalmente complexa*”; e acrescentam: se assim for, se abre uma possibilidade de ser “*atendidos e escutados na sua singularidade*”, e de se “*convocar ações solidárias e coletivas*” (STOLKINER; FERREYRA, 2020, p.2). A análise psicossocial deve articular o econômico, o institucional e o singular, assim como as reflexões freudianas:

Analisar as dimensões subjetivas e a possível produção de sofrimento “psíquico” enquanto o mesmo [nos] sucede somente admite hipótese frágil e algumas perguntas. E uma análise que requer a necessária articulação entre o econômico, o institucional e os dispositivos próprios da vida dos sujeitos singulares. E é justamente a vida cotidiana - rotinas, temporalidades, espaços e relação - a que se vê particularmente alterada. Nada voltará a ser como era. Como diria Sigmund Freud, ante a guerra, “a morte não se deixa já negar”. Emergem-se contingências com as quais não estávamos habituados (STOLKINER; FERREYRA, 2020, p.2).

E numa perspectiva de compreensão da *hipercomplexidade emocional*, há dados surpreendentes, como a resistência mais efetiva de sujeitos antes catalogados como portadores de distúrbios emocionais:

Inclusive, alguns fatos obrigam a revisar crenças e evitar afirmações taxativas sobre subjetividades. Temos observado que algumas pessoas com diagnósticos de “transtornos graves” e antecedentes psiquiátricos, que vivem em comunidade e mantêm seus suportes de cuidado, não apresentam agravos, demonstrando uma particular força que não apresentam muitos que não tiveram tais antecedentes (STOLKINER; FERREYRA, 2020, p.2).

Sustentam, assim, que a angústia possa muito bem formar parte dos “*recursos subjetivos para afrontar situações vitais*”, e que o esforço deve ser o de “*promover fatores protetores da saúde mental em circunstâncias excepcionais*” (STOLKINER; FERREYRA, 2020, p.2).

Pela trilogia de Freud (1986a; 1986b; 1986c) sabemos que as possibilidades de movimentos da configuração psicossocial contrárias às da intensificação dos seus aspectos mórbidos são dependentes de uma nova composição que possa surgir entre pulsões de vida e de morte, assim como das relações entre direito, poder e violência. Longe de acreditar numa saída simples, ou numa civilização que repentinamente se torne pacifista, Freud (1986a; 1986c) defende que esse seja o caminho a percorrer, de modo a apostar na desilusão ou rompimento com as ilusões de uma famigerada civilização. É na situação na qual os conflitos se reapresentam, despidos de suas máscaras, que se podem vislumbrar novos desfechos, ainda que inevitavelmente

sujeitos ao revés das dimensões narcísicas afeitas ao poder sem limites e à banalização da injustiça social.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se que os aspectos psicossociais são produto de um entrelaçar recíproco de formas de subjetividade e de sociabilidade que produzem vulnerabilidades e resistências, assim como precariedades subjetivas e objetivas. Verificam-se gradações em termos do impacto na saúde mental, cuja complexidade seria negada pela mera relação causal e mecânica entre as crises e o que se denomina distúrbios mentais e comportamentais. Se as desilusões e angústias podem gerar ou incrementar processos de adoecimento, podem, por outro, suscitar novos enlaces, num jogo intrincado entre pulsões de vida e pulsões de morte, necessariamente imerso em formas de sociabilidade históricas e contraditórias.

## REFERÊNCIAS

- AB'SABER, T. *Dilma Rousseff e o ódio político*. São Paulo: Hedra, 2015.
- ALMEIDA, S. L. *Racismo estrutural*. São Paulo: Sueli Carneiro, 2019.
- DARDOT, P.; LAVAL, C. *A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal*. São Paulo: Boitempo, 2016.
- DEJOURS, C. *A banalização da injustiça social*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1999.
- DEJOURS, C.; BÈGUE, F. *Suicídio e trabalho: o que fazer?* Brasília: Paralelo 15, 2010.
- FREUD, S. *Reflexões para os tempos de guerra e morte*. Rio de Janeiro: Imago, v.XIV, p.309-341, 1986a.
- \_\_\_\_\_. *A psicanálise e as neuroses de guerra*. Rio de Janeiro: Imago, v.XVII, p.255-270, 1986b.
- \_\_\_\_\_. *Por que a guerra?* Rio de Janeiro: Imago, v.XXII, p.235-259, 1986c.
- GALLEGO, E. S. (org.). *O ódio como política*. São Paulo: Boitempo, 2018.
- GAULEJAC, V. *Gestão como doença social: ideologia, poder gerencialista e fragmentação social*. Aparecida, SP: Idéias & Letras, 2007.
- HAN, B. *Sociedade do cansaço*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.
- LIMA, A. A. S. *Pulsões: uma orquestração psicanalítica no compasso entre o corpo e o objeto*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.
- LINHART, D. Modernisation et précarisation de la vie au travail. *Papeles del CEIC*, v.1, n. 43, Universidad del País Vasco, p.1-19, 2009.
- MASCARO, A. L. *Crise e pandemia*. São Paulo: Boitempo, 2020.
- MARTINEZ, V. C. *Bolsonarismo: alguns aspectos político-jurídicos e psicossociais*. Curitiba, PR: Brazil Publishing, 2020.
- MBEMBE, A. *Necropolítica*. São Paulo: N-1, 2018.
- SELIGMANN-SILVA, E. *Trabalho e desgaste mental: o direito de ser dono de si mesmo*. São Paulo: Cortez, 2011.
- SILVA, E. P. O stress no trabalho de guardas municipais: a dialética entre o desgaste sócio-institucional e o bio-psíquico. 2005. *Tese (Doutorado)* – Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005.
- STIGLITZ, J. (2006). *Un autre monde: contre le fanatisme du marché*. Paris: Fayard, 2006. Disponível em: <https://outraspalavras.net/outrasmídias/stiglitz-ve-na-pandemia-fracassos-e-licoos/> Acesso em 15 de julho de 2020.
- STOLKINER, A.; FERREYRA, J. *Psicopatologizar la cuarentena*. Disponível em: <http://lobosuelto.com/psicopatologizar-la-cuarentena-alicia-stolkiner-y-julian-ferreyra/> Acesso em 10 de julho de 2020.